

# MPT soma mais de 200 denúncias de trabalho escravo no interior

Sorocaba e Bauru aparecem registrando os maiores números de delações

O Ministério Público do Trabalho (MPT) revelou um cenário preocupante sobre a exploração laboral no interior de São Paulo. Entre os anos de 2024 e 2025, o órgão contabilizou mais de 200 denúncias relacionadas ao trabalho análogo à escravidão. O levantamento estatístico reuniu informações colhidas em áreas estratégicas como os municípios de Bauru, Sorocaba, Itapetininga, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

Além das denúncias, a atuação jurídica do MPT resultou na assinatura de 58 Termos de Ajuste de Conduta (TACs) e no ajuizamento de nove Ações Cíveis Públicas (ACPs) ao longo desses dois anos. O órgão esclarece que as indenizações previstas nos TACs devem ser quitadas imediatamente.

Caso o pagamento não ocorra, o Ministério Público recorre à Justiça por meio das ações civis.

## Dados regionais

Na análise por localidade, as regiões de Sorocaba e Bauru aparecem com os maiores números de registros de denúncias de exploração. Sorocaba, que dentro da estrutura do MPT também engloba Itapetininga, teve 43 denúncias em 2025 e 36 em 2024. Já em Bauru, os números saltaram de 17



Captura de tela/Google Maps

Em Sorocaba foram registrados quase 200 resgates de pessoas em situações precárias em 2025

casos no primeiro ano para 28 no segundo.

A região de Presidente Prudente também registrou um aumento, passando de seis para nove queixas anuais.

Em contrapartida, houve queda significativa em outras cidades. Segundo as informações, em São José do Rio Preto, as denúncias recuaram de 30 para 11 registros. Queda semelhante foi vista em Araçatuba, que passou de 18 casos em 2024 para apenas três no ano seguinte.

## Ocorrências recentes

O ano de 2026 já apresentou casos graves. No dia 26 de janeiro, uma fiscalização em Sorocaba resgatou 33 trabalhadores baianos em uma obra de construção civil. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o grupo era submetido a condições insalubres, o que levou à paralisação imediata das atividades no local.

Em Presidente Prudente, no dia 14 de janeiro, uma decisão liminar da Justiça obrigou um supermercado a regularizar as

jornadas de seus funcionários. De acordo com as informações divulgadas, a investigação, iniciada ainda em 2022, apontou que os empregados trabalhavam mais de 10 horas por dia e cumpriam horas extras obrigatórias sem o devido descanso ou pagamento. O relatório oficial classificou a prática como uma fraude aos direitos de repouso dos trabalhadores.

Vale destacar que, apenas na região de Sorocaba, o balanço da Secretaria de Inspeção do Trabalho registrou quase 200

resgates de pessoas em situações precárias durante todo o ano de 2025.

## Histórico grave

A retrospectiva de casos anteriores reforça a gravidade do problema no interior paulista. Em julho de 2025, em Ourinhos, a Polícia Federal resgatou 14 paraguaios em uma fábrica clandestina de cigarros. As vítimas viviam em quartos sujos, com janelas bloqueadas, sem acesso a celulares e sob vigilância constante para que não tivessem contato com o mundo externo.

Na região de São José do Rio Preto, em Birigui, uma operação realizada em novembro de 2025 localizou mais de 100 adolescentes trabalhando de forma ilegal. A fiscalização passou por 53 empresas da cidade em apenas quatro dias.

Outro caso emblemático ocorreu em Itapetininga, em junho de 2024. Uma idosa de 73 anos foi resgatada após trabalhar por duas décadas como cuidadora de outra senhora, de 99 anos, sem direito a folgas. Durante os 20 anos de serviço, ela recebeu autorização para dormir em sua própria casa apenas uma vez. Pela jornada ininterrupta, ela recebia apenas R\$ 220 por semana, vivendo em total isolamento social e privação de direitos básicos.

# Estresse hídrico atinge as bacias da região do PCJ

A região compreendida pelas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) enfrenta um cenário alarmante de vulnerabilidade ambiental. Segundo Francisco Lahóz, Secretário Executivo do Consórcio PCJ — entidade que reúne municípios e o setor privado para a gestão estratégica de recursos naturais —, a localidade vive sob um estado de estresse hídrico crônico. Esse fenômeno ocorre quando o volume de água disponível é incapaz de suprir as necessidades básicas da sociedade, afetando diretamente o consumo doméstico, o setor industrial e a produção agrícola.

A gravidade da situação torna-se evidente durante as épocas de seca. Segundo as informações, nesses períodos, a oferta natural de água nos rios consegue suprir apenas metade da demanda total da região.



Prefeitura de Piracicaba

Espaços enfrentam cenário de vulnerabilidade ambiental

## Desafios

Além da escassez física, o especialista destaca que o quadro é agravado por estiagens cada vez mais longas, que se estendem de abril a dezembro. Somado a isso, há uma pressão constante exercida pelo crescimento populacio-

nal e pela expansão econômica acelerada da região. Esse conjunto de fatores exige ações urgentes de preservação e uso racional, sob o risco de comprometer o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas cidades que compõem o sistema PCJ.

# Justiça barra despejo de famílias em R. Preto

A Justiça suspendeu a ordem de reintegração de posse que afetaria 45 famílias na comunidade Vila Guiomar, em Ribeirão Preto. A decisão atende a um pedido da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que busca evitar a remoção forçada agendada para 19 de fevereiro. O caso agora passa pela análise da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça (TJSP), visando uma mediação que garanta os direitos fundamentais dos moradores, entre eles crianças e idosos em situação de vulnerabilidade social.

## Conflito

A ação foi movida pela empresa proprietária do terreno, que alegou pressão de órgãos ambientais por se tratar de uma área de preservação. No entanto, a Defensoria interveio com o argumento de que desocupações coletivas exigem protocolos rigorosos de pro-

teção social. A suspensão permite que o Município realize um levantamento sobre o perfil das famílias e as condições de habitabilidade do local. O objetivo é construir uma alternativa menos gravosa, evitando que dezenas de pessoas fiquem desamparadas sem um plano de assistência pública.

## Doação

Um fator determinante para a pausa no processo foi a sinalização da própria empresa sobre a possível doação da área à Prefeitura de Ribeirão Preto. Essa alternativa, discutida em âmbito administrativo, poderia encerrar o conflito jurídico e permitir a regularização fundiária da comunidade. Segundo as informações, a Defensoria segue acompanhando os desdobramentos para assegurar que qualquer solução respeite o direito à moradia digna e o tratamento humano das famílias envolvidas.